



## COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

### ACTA NÚMERO 198/XII/ 3.ª SL

Aos 07 dias do mês de maio de 2014, pelas 09:00 horas, reuniu a Comissão de Economia e Obras Públicas, na sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

09:00

1. Apreciação e votação da ata n.º 196/XII, relativa à reunião de 30 de abril de 2014

2. Petição n.º 388/XII/3.ª – Solicitam que, durante o inverno, seja aplicada uma redução de 30% no preço do gás e da eletricidade para os consumidores residentes no distrito da Guarda.

- Apreciação e votação da nota de admissibilidade
- Nomeação de relator (cabe ao PSD)

3. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 1016/XII/3.ª (PCP) – “Pela abolição das portagens nas antigas autoestradas SCUT, a extinção das atuais Parcerias Público Privadas e a gestão pública na conclusão das infraestruturas rodoviárias.”

4. Apreciação da informação sobre a discussão do Projeto de Resolução n.º 975/XII/3.ª (BE) – “Recomenda ao Governo a correção dos aumentos abusivos nos transportes públicos.”

5. Outros assuntos

10:00

Audição do Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, no âmbito do artigo 104.º, n.º 2, do Regimento da Assembleia da República.

---

09:00



## COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

### ACTA NÚMERO 198/XII/ 3.ª SL

#### **1. Apreciação e votação da ata n.º 196/XII, relativa à reunião de 30 de abril de 2014**

Este ponto da ordem do dia foi adiado para a reunião seguinte.

#### **2. Petição n.º 388/XII/3.ª – Solicitam que, durante o inverno, seja aplicada uma redução de 30% no preço do gás e da eletricidade para os consumidores residentes no distrito da Guarda.**

- Apreciação e votação da nota de admissibilidade**
- Nomeação de relator (cabe ao PSD)**

Este ponto da ordem do dia foi adiado para a reunião seguinte.

#### **3. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 1016/XII/3.ª (PCP) – “Pela abolição das portagens nas antigas autoestradas SCUT, a extinção das atuais Parcerias Público Privadas e a gestão pública na conclusão das infraestruturas rodoviárias.”**

O Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) apresentou o Projeto de Resolução, afirmando que retomava uma discussão que tem marcado a presente Legislatura bem como as anteriores. Recordou toda a reflexão e discussão sobre esta matéria e as perdas para o Estado que estes contratos e estes processos de renegociação implicam e afirmou estar convicto de que o país teria ganho mais em pôr termo à grande maioria dos contratos de concessão que estavam na base das parcerias público-privadas do que seguir pela via da sua renegociação, uma vez que, nestes processos, o Estado ficou em desvantagem e com falta de alternativas. Neste âmbito, recordou ainda os processos de renegociação que foram necessários para introduzir portagens nas concessões SCUT. O Senhor Deputado argumentou que, principalmente no interior do país e no Algarve, tem-se observado uma situação de grande penalização da economia local e regional. Prosseguiu reiterando que o seu grupo parlamentar já tinha apresentado e defendido as medidas que constam desta iniciativa: pôr termo aos contratos de concessão da forma que, em cada caso, seja mais vantajosa para o Estado; abolir as portagens na ex-SCUT; beneficiar e recuperar alguns dos eixos



## COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

### ACTA NÚMERO 198/XII/ 3.ª SL

principais que ficaram em situação lamentável e até perigosa. Concluiu, afirmando que o seu partido considerava que as questões do financiamento da rede viária deviam passar por uma reflexão e um debate aprofundado e amplo. O modelo SCUT tinha um pressuposto de financiamento que não foi cumprido, que era a afetação de parte do imposto sobre produtos petrolíferos para financiamento da rede viária. Deve ser feita uma avaliação dos modelos de financiamento e da gestão pública, que em infraestruturas tem capacidades comprovadas, conhecimentos e experiência demonstrados de que não fica atrás da gestão privada. Provavelmente, afirmou, surgirá de novo a ideia de que o país não tem dinheiro e estas opções são irrealistas, mas a situação atual e as perspetivas que estão colocadas ao país é que são irrealistas, com mais de 7000 milhões de euros a serem pagos em juros da dívida e com milhares de milhões de euros a serem destinados a benefícios e isenções fiscais sem vantagem visível na nossa atividade económica.

Usaram da palavra os Senhores Deputados Paulo Cavaleiro (PSD), Helder Amaral (CDS-PP), Rui Paulo Figueiredo (PS) e Mariana Mortágua (BE).

O Senhor Deputado Paulo Cavaleiro (PSD) começou por referir que todos sabiam como começou a questão das portagens nas ex-SCUT e a situação de injustiça que se vivia no país, porque havia infraestruturas onde se pagavam portagens e outras onde não se pagavam, sendo que a questão ficou resolvida com a aplicação do princípio do utilizador/pagador. Lembrou a questão de discriminação levantada pela União Europeia, a qual foi resolvida, e fez referência aos descontos que são aplicadas a motociclistas e transportes de mercadorias. Referiu também o custo do sistema de cobrança, que consome cerca de 25% da receita, sendo necessário encontrar um sistema de cobrança que tenha mais justiça e equilíbrio, com discriminação positiva das zonas do país onde o rendimento é inferior. Sobre a questão das PPP, em concreto, considerou que essa discussão não fazia sentido nesse momento, tendo em conta o processo de renegociação e o acordo de princípio que existe, na sequência de um processo muito complexo. Finalmente, no que tocava à questão da situação de algumas vias rodoviárias, afirmo acreditar que a Estradas de Portugal ia resolver algumas dessas situações e lembrou que alguma redução de encargos que houve nas PPP também teve a ver com a suspensão de algumas dessas obras e em algumas



## COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

### ACTA NÚMERO 198/XII/ 3.ª SL

situações os estudos de tráfego que havia não correspondiam à realidade. Concluiu, referindo que o Governo iria apresentar uma nova solução de cobrança das portagens, que se iria aguardar a conclusão das renegociações das PPP e que havia efetivamente troços da rede viária que necessitavam de beneficiação e todos iriam estar atentos a essa situação.

De seguida, o Senhor Deputado Hélder Amaral (CDS-PP) considerou que a abolição das portagens nas ex-SCUT era irrealista, tendo lembrado que o modelo de SCUT tinha tido custos para todos, pelo que lhe parecia mais justo o modelo de utilizador/pagador. Quanto à extinção das atuais PPP, afirmou que quem se esqueceu de fazer comparador público em muitas das PPP foi o Governo socialista e quem falhou também foi o Tribunal de Contas, que não devia ter dado visto prévio, por não terem sido cumpridas as regras da contratação pública, pelo que as atrocidades que se fizeram com as PPP não deviam colocar em causa o próprio modelo, o qual precisava de ser revisto, com bom senso e ponderação. Lembrou a situação de discriminação que existia, em que parte do país pagava portagens e o resto não pagava. Finalmente, no que toca à situação da rede viária, considerou uma pena ver investimentos já realizados e que não estão terminados, mas isso é fruto de erros do passado. Devia-se, dentro dos constrangimentos financeiros que temos, ver o que era possível e fazia sentido realizar ainda e aquilo que deve ser adiado ou que já não faz sentido fazer.

Por sua vez, o Senhor Deputado Rui Paulo Figueiredo (PS) lembrou as parcerias público-privadas realizadas ao longo do tempo. Referiu que há 18 meses que se ouvia dizer que já se tinha cortado nas PPP mas até agora não havia qualquer contrato assinado nem visado pelo Tribunal de Contas. Informou que o PS acompanhava mais a intervenção do autor do Projeto de Resolução do que a resolução propriamente dito. Considerou a abolição das portagens como redutor e defendeu que se deveria fazer uma análise diferenciada desta matéria consoante as regiões, uma vez que havia mecanismos que podiam permitir a descida de preços e que se devia repensar também a questão do financiamento do sistema. Referiu não acompanhar o ponto 2 da resolução, porque, apesar de o PS defender que todas as PPP deviam ser reavaliadas, todas as opções deviam estar em aberto e não se devia partir logo de



## COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

### ACTA NÚMERO 198/XII/ 3.ª SL

início com determinada intenção. Finalmente, informou que o PS acompanhava o ponto 3 da resolução, considerou haver intervenções que foram canceladas de modo leviano e perigoso e que deveria ser feita uma avaliação criteriosa do que havia a fazer.

Finalmente, a Senhora Deputada Mariana Mortágua (BE) referiu que nem o PSD nem o PS estavam isentos de responsabilidades nesta matéria e que a introdução de portagens nas ex-SCUT não podia ser confundida com o modelo de financiamento das estradas em geral. Lembrou que nas PPP os cidadãos pagavam impostos agora, pagavam a dívida futura criada pelas PPP e pagavam as portagens. Em seu entender as PPP apresentavam-se como muito boas no momento mas saíam sempre mais caras no futuro, porque o capital privado tinha de ser remunerado a uma taxa superior à do público e se havia privados a ganhar isso queria dizer que o Estado ou os utentes estavam a pagar e a perder. Prosseguiu, questionando por que razão não se anulavam as PPP feitas de forma ilegal e abusiva, à margem da lei. Defendeu que as portagens tinham de ser eliminadas e tinha de se encontrar alternativas de financiamento. Concluiu, afirmando que, apesar de ser verdade que havia autoestradas a mais no país isso não queria dizer que todas as estradas que eram necessárias existissem, tendo defendido que era preciso investir em alguns troços e locais específicos mas era necessário ver que modelo se iria utilizar para não cometer os erros do passado.

A discussão foi encerrada pelo Senhor Deputado Bruno Dias (PCP), que lembrou que o PCP tinha considerado, e alertado, na altura que o modelo de concessão SCUT era errado, mas pior que o modelo SCUT só o modelo SCUT com pagamento de portagens, porque temos a gestão privada com a remuneração acionista e rentabilidade privada e o lucro para os grupos económicos, temos a despesa pública exorbitante com o pagamento por disponibilidade e a penalização das populações locais e da economia com o pagamento de portagens. Em seu entender, a gestão pública não traria as questões que agora estão em cima da mesa. Para o PCP as PPP devem ser evitadas. Se houvesse, a nível nacional, a concretização das opções que o PCP defende, com PPP a serem extintas, haveria condições de ver extintas as parcerias que o Estado, a nível central, impede que as autarquias extingam.



## COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

### ACTA NÚMERO 198/XII/ 3.ª SL

Considerou a renegociação de contratos das PPP como uma sequência infernal de maus acordos para o Estado. Referiu ainda que o Governo já tinha anunciado que a obra no IP3 seria feita com recurso a PPP, com entrega ao privado e imposição de portagens, sem haver qualquer comparador público. Concluiu, realçando o consenso demonstrado em relação ao ponto 3 da resolução.

#### **4. Apreciação da informação sobre a discussão do Projeto de Resolução n.º 975/XII/3.ª (BE) – “Recomenda ao Governo a correção dos aumentos abusivos nos transportes públicos.”**

Tendo os Senhores Deputados que a informação estava conforme, o Senhor Presidente anunciou que a mesma iria ser enviada à Senhora Presidente da Assembleia da República, com o respetivo Projeto de Resolução, para que o mesmo pudesse ser votado pelo Plenário no dia 9 de maio de 2014.

#### **5. Outros assuntos**

Nada havendo a tratar neste ponto da ordem do dia, passou-se de imediato à audição do Senhor Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia.

**10:00**

**Audição do Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, no âmbito do artigo 104.º, n.º 2, do Regimento da Assembleia da República.**

A audição foi objeto de [gravação](#), a qual pode ser acedida na página da Comissão na Internet.

A reunião foi encerrada às 13:20 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.



**COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS**

**ACTA NÚMERO 198/XII/ 3.ª SL**

Palácio de São Bento, 08 de maio de 2014.

**O PRESIDENTE**

**(PEDRO PINTO)**



## COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

### ACTA NÚMERO 198/XII/ 3.ª SL

#### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Adriano Rafael Moreira  
Ana Paula Vitorino  
Bruno Dias  
Carina Oliveira  
Fernando Serrasqueiro  
Helder Amaral  
Hortense Martins  
João Paulo Viegas  
Luís Leite Ramos  
Mariana Mortágua  
Nuno Encarnação  
Nuno Filipe Matias  
Nuno Serra  
Paulo Ribeiro de Campos  
Pedro Nuno Santos  
Pedro Pinto  
Rui Paulo Figueiredo  
Valter Ribeiro  
Afonso Oliveira  
Gabriel Côrte-Real Goucha  
Mota Andrade  
Paulo Cavaleiro

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Eduardo Teixeira  
Heloísa Apolónia  
Luís Vales  
Odete Silva

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Fernando Jesus